

PROMOVER
A PARTICIPAÇÃO
DOS/AS ALUNOS/AS

| Recomendações de Políticas para Portugal

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Promover a participação dos/as alunos/as – Recomendações de Políticas para Portugal

EDITORIA

Forum for Freedom in Education
Đorđićeva 8, 10 000 Zagreb, Croatia

PELA EDITORA

Ana Munivrana

AUTORA

Joana Cruz

EDIÇÃO

Lana Jurko

REVISTO EM PORTUGUÊS POR

INOVA+ (equipa Start the Change), Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

DESENHO GRÁFICO:

ACT Printlab

Zagreb, 2022.

**START THE
CHANGE!**

Projeto “Start the Change – creating a generation of change makers through intercultural education and volunteering” (Contrato nº: 612200-EPP-1-2019-1-HR-EPPKA3-IPI-SOC-IN) Erasmus+ Ação-chave 3: Apoio à reforma de políticas – Tipo de ação: Inclusão social através da educação, formação e juventude

Co-funded by the
Erasmus+ Programme
of the European Union



Esta publicação é co-financiada pelo Programa Erasmus+ da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos autores e não pode, de forma alguma, ser tomado como reflexo dos pontos de vista da União Europeia.

ROTEIRO DE POLÍTICAS – PORTUGAL

Sobre o projeto

O *Forum for Freedom in Education*, em conjunto com as organizações parceiras INOVA+ (Portugal), MCEC (Macedónia do Norte), NEPC (Croácia), SIRIUS (Bélgica), a Escola Primária Ivan Meštrović (Croácia) e o Agrupamento de Escolas José Estevão (Portugal), bem como a Escola Pública Nikola Karev (Macedónia do Norte), está atualmente implementar o projeto *Start the Change*, desenvolvido no âmbito do programa Erasmus+ (K3, inclusão social).

O projeto tem por objetivo aumentar a resiliência de jovens, apoiando-os no processo de se tornarem indivíduos saudáveis, confiantes, realizados e tolerantes, que criem e nutram relações sãs, desenvolvam as suas capacidades e estejam envolvidos ativamente na sua comunidade, independentemente dos respetivos antecedentes e dos possíveis desafios com os quais se possam vir a deparar. Oferecer a jovens oportunidades para expressarem a sua visão e experiência do mundo, de serem ouvidos e vistos pelos professores, bem como apoiados para iniciarem projetos criativos e inovadores através dos quais possam expressar os seus próprios talentos, valores e potencial de crescimento fortalece a resiliência destes e reduz o risco de manipulação, a adoção de atitudes extremas e a preservação de relações e atitudes prejudiciais.

Assim, com o **primeiro cluster do projeto START THE CHANGE** investigaram-se as perspetivas das pessoas jovens sobre a forma como percebem a comunidade escolar, a posição que ocupam no seio da mesma e a medida em que sentem que são, ou não, ouvidos e vistos. Os resultados desta investigação foram o ponto de partida do desenvolvimento do **segundo cluster de materiais e programas de formação do projeto START THE CHANGE**, dirigidos a docentes e aos pais e mães, tendo o objetivo de os ajudar a criarem mudanças positivas nas respetivas escolas e espaços de aprendizagem, em conjunto com jovens. Com o **terceiro cluster, o projeto START THE CHANGE** procura capacitar jovens para criarem e liderarem, com o apoio dos professores, iniciativas voluntárias que irão contribuir para a resolução de problemas anteriormente identificados por jovens. Já com o **quarto cluster**, as organizações parceiras, em cooperação com diversos *stakeholders* provenientes de três países da UE estão a desenvolver mais recomendações políticas que visam fortalecer a voz e a participação de estudantes nas respetivas escolas e sistemas educativos.

O foco principal de todos os *clusters* do projeto START THE CHANGE é promover a voz e a participação de estudantes, uma vez que um cada vez maior número de investigadores/as defende que fazê-lo apoia o aumento do espaço e da capacidade que jovens marginalizados possuem para assumirem um papel no desenvolvimento de mudanças positivas nas escolas e nos espaços de aprendizagem, promove ambientes escolares com uma maior justiça social e garante que jovens desprivilegiados sejam incluídos nos processos de tomada de decisões, aumentando o desenvolvimento positivo dos jovens por meio de atividades e da participação cívica.

Informação de base

Considerando a realidade atual e os desafios reais que as escolas enfrentam, a inclusão não só é uma resposta, como também uma finalidade (Cruz, 2021; Martins et al., 2018). Para atingir a inclusão, parece necessário apoiar ambientes escolares com uma maior justiça social, garantir que jovens são incluídos no processo de tomada de decisões e fomentar o desenvolvimento positivo de jovens por meio de atividades e da participação cívica. Os alunos e as alunas têm de poder expressar as suas próprias perspetivas, e as suas experiências têm de ser ouvidas e vistas pelos professores e decisores políticos, sendo também necessário oferecer apoio a tais jovens para iniciarem projetos criativos e inovadores através dos quais possam expressar os seus próprios talentos, valores e potencial de crescimento (Vranješević & Dermish, 2020). Nestes processos, as alunas e os alunos poderão participar de forma democrática e ativa nos respetivos contextos.

Atualmente, capacitar a participação de estudantes aos níveis da escola e da comunidade assume, mais do que nunca, uma grande necessidade (após confinamentos, durante a guerra e no decorrer de crises económicas e sociais em toda a Europa). Uma melhor atitude cívica individual (identidade dos cidadãos, autonomia individual, direitos humanos), as relações interpessoais (comunicação, diálogo) e as relações sociais e interculturais (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos) são competências que não só contribuem para o desenvolvimento humano, mas que também podem ajudar a mudar a forma como as pessoas se relacionam, se veem umas às outras e se tornam mais empáticas umas com as outras (Seixas, 2020).

Em relação à importância da cidadania ativa, o Conselho da Europa (2016), a Organização das Nações Unidas (ONU, 1990, 2015) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2014, 2017) divulgaram informações com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de todos os países criarem estratégias ecológicas para capacitação de jovens, enquanto abordagem preventiva e oportuna. Especificamente, a UNESCO (2017) revelou a necessidade urgente de mudarmos o nosso estilo de vida e a forma como pensamos e agimos em relação a problemas globais como, por exemplo, as alterações climáticas. A UNESCO (2017) sugeriu que a educação é um objetivo independente e, em simultâneo, uma forma de responder a todos os outros objetivos de desenvolvimento sustentável. Para tal, é importante dar às alunas e aos alunos o poder e a responsabilidade de participarem numa sociedade democrática (Mager & Nowak, 2012). A necessidade de garantir que as crianças podem expressar livremente as suas opiniões é algo que já foi disseminado na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (UNICEF, 1990). Nesta Convenção, elaborada a partir de uma abordagem baseada nos direitos da criança, refere-se que à criança tem de ser dada a oportunidade de ser ouvida e de desenvolver a sua própria participação e as suas próprias competências relativas à paz, à tolerância, à igualdade de género e à amizade entre todas as pessoas.

Por fim, focar a inclusão social de jovens, ajudá-los a desenvolver a autoconfiança e um sentido de identidade e de pertença, bem como ensiná-los a pensar de forma crítica estão entre os elementos mais importantes que contribuem para a prevenção da radicalização de jovens. Valorizar a participação de jovens e criar oportunidades para que a mesma ocorra, bem como atribuir uma maior importância à voz de alunos e alunas, são aspetos essenciais para aumentar o seu sentido de pertença e desenvolver a autoconfiança dos mesmos, especialmente no caso de estudantes em situações vulneráveis.

Em Portugal, a realidade da participação de estudantes mostra que existem várias associações e conselhos nacionais, mas que, no entanto, a participação de alunos e alunas implica apenas estar informado/a e ser consultado/a. O mesmo tipo de participação ocorre aos níveis regional e local, onde os/as estudantes participam em parlamentos, conselhos e associações estudantis, nos quais são informados/as e consultados/as, mas sem terem o direito de votar. A participação de alunas e alunos é reconhecida como sendo importante, mas não existem mecanismos desenvolvidos para envolvê-los/as nos processos de tomada de decisões. Também se notou que é necessário aumentar a qualidade da comunicação entre estudantes e docentes, bem como desenvolver o pensamento crítico e cocriar conhecimento ao longo do processo de cooperação com os/as respetivos/as professores/as.

PROCESSO (METODOLOGIA)

Para reconhecer realmente a voz de alunos e alunas, a NEPC, em cooperação com a SIRIUS, realizou uma análise contextual e de literatura sobre o tópico da participação estudantil, a qual resultou num artigo da autoria de Jelena Vranješević e de Mialy Dermish intitulado «A participação de estudantes: Políticas e práticas para iniciar a mudança».

Adicionalmente, para compreender melhor o estado da participação de estudantes nos países parceiros, recolheu-se informação junto das entidades parceiras sobre as políticas e as práticas relativas à participação de estudantes existentes aos níveis nacional, local/regional e da escola. Esta recolha de dados foi relevante para informar os decisores políticos sobre as idiosincrasias dos vários países, tal como realizado no primeiro *Policy Lab*. Após a avaliação das necessidades, o projeto focou-se na criação de materiais de formação para aumentar o número de boas-práticas e divulgar publicações que apoiem essas práticas (com professores, pais e alunos).

O *Policy Lab 2* foi realizado em Zagreb, na Croácia e focou-se na participação de estudantes numa sociedade inclusiva e democrática. Foi conduzido com o apoio logístico do Forum for Freedom in Education.

O *Policy Lab 2* deu continuidade ao conhecimento adquirido e às experiências partilhadas no primeiro evento de políticas. O objetivo principal foi iniciar o desenvolvimento de roteiros de políticas nacionais, onde cada país pudesse refletir em questões relacionadas com políticas. Para tal, cada país desenvolveu recomendações de ações políticas com o objetivo de ajudar a ultrapassar a participação insuficiente de estudantes no processo de tomada de decisões relativas à vida escolar dos mesmos e à governação a todos os níveis, com foco especial no potencial da participação de estudantes com vista a melhorar e combater os efeitos negativos de uma tal falta de envolvimento. As recomendações elaboradas foram, posteriormente, integradas no presente documento, tendo em conta o contexto português e as estratégias baseadas em evidências, destinadas a promover as competências sociais e emocionais de alunas e alunos, bem como a participação democrática dos mesmos.

Objetivo geral das políticas

O papel central da escola no desenvolvimento de crianças e de jovens foi já reconhecido em todo o mundo (Eccles & Roeser, 2015). Atualmente, a escola assume não apenas a função de ensinar e promover competências académicas, mas incorpora também os objetivos de socialização, de promoção de comportamentos éticos e cívicos e de desenvolvimento socioemocional ((Cruz, 2021). Esta realidade reflete-se atualmente em documentos jurídicos portugueses como o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017), o decreto-lei relativo à educação inclusiva (DL 54/2018) e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (República Portuguesa, 2017), bem como em documentos jurídicos internacionais elaborados pelo Conselho da Europa (2016), a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2014; 2017).

Atualmente, a defesa da participação e da democracia é um direito, um objetivo e uma finalidade educativa. Juntamente com estas reivindicações, as escolas também têm por objetivo serem cada vez mais inclusivas, sendo apresentadas cada vez mais exigências no sentido de promover oportunidades para que os cidadãos participem na vida social e fortaleçam valores fundamentais como a liberdade, a igualdade, a tolerância e os direitos humanos (UNESCO, 2017). Seguindo esta linha de pensamento, é necessário iniciar a mudança no sentido de reconhecer os antecedentes históricos e o momento histórico-social que vivemos atualmente, e montar um *puzzle* que reflita uma perspetiva macrossistémica, uma abordagem ao nível da comunidade, uma definição de aprendizagem e cidadania ao nível das escolas, bem como a necessidade de dar voz a alunos e alunas (Cook-Sather, 2020; Seixas, 2020).

O projeto START THE CHANGE permitiu desenvolver uma compreensão de como crianças e jovens se envolvem nos processos de tomada de decisões, especialmente num ambiente escolar. Através da análise de literatura e da recolha de dados sobre estudantes, *stakeholders* e decisores políticos, formularam-se três conclusões principais sobre estudantes portugueses que participaram no projeto:

- i) Existem várias plataformas que apoiam a participação de jovens aos níveis nacional, local e escolar. Através destes mecanismos, informam-se e consultam-se os/as estudantes, embora não participem nos processos de tomada de decisões. A voz de alunas e alunos não leva à ação;
- ii) Para promoverem a voz d alunos e alunas, as escolas portuguesas precisam de aumentar as mudanças aos níveis do pensamento e da cultura escolar, envolvendo uma abordagem holística (toda a escola) e ecológica (todo o pessoal escolar, estudantes e a comunidade);
- iii) Promover as vozes de alunas e alunos não é, em si, apenas um objetivo, mas também uma forma de alcançar o desenvolvimento sustentável através da introdução de pedagogias que capacitam os aprendentes e os contextos de aprendizagem;

A análise dos dados recolhidos e dos objetivos dos projetos levou a equipa portuguesa a adotar um quadro de referência relativo à proposta do objetivo geral das políticas que visam promover a voz de alunos e alunas. Consideramos que o *School Wide Positive Behavior Interventions Support* (SWPBIS) pode ser uma abordagem útil uma vez que reconhece uma política holística e sistémica que tem por objetivo promover relações, valores e comportamentos positivos em todos os membros da escola (Corcoran & Thomas, 2021) e construir ambientes escolares seguros e eficazes (Horner & Macaya, 2018).

A perspetiva concetual integrada na promoção de comportamentos positivos (Sugai & Horner, 2020) tem contribuído para o corpo da investigação no que toca o estabelecimento de uma cultura escolar que inclua vários níveis de apoio social e comportamental (Cruz, 2021). Estas intervenções são mais eficazes quando combinadas com a organização de sistemas escolares e com a monetização de recursos que contribuam para a sustentabilidade das ações (Sugai & Horner, 2020). O envolvimento de todos os *stakeholders* na comunidade escolar e em todos os contextos escolares deve ser um objetivo central para construir os alicerces que permitem compreender a importância de promover comportamentos positivos, a participação, a ação e as competências democráticas de estudantes, através de processos de apoio, acompanhamento, formação e *feedback* (Deltour et al., 2021; Sugai & Horner, 2020). O SWPBIS foi concebido para estabelecer o apoio dado à cultura social e aos comportamentos humanos e organiza um sistema de apoio em três níveis destinado a todos os alunos e alunas, no qual o nível de intensidade aumenta de acordo com as suas necessidades. Este sistema foi desenvolvido em torno de uma intervenção principal, conhecida como prevenção universal, dirigido à totalidade de alunas e alunos na escola. As intervenções secundárias foram concebidas para reduzir ou eliminar fatores de risco para um número reduzido de estudantes, oferecendo-lhes apoio personalizado. As intervenções do setor terciário visam reduzir a gravidade dos problemas comportamentais em estudantes com fatores de risco identificados (Sugai & Horner, 2009). Desta forma, o SWPBIS é um sistema de prevenção contextual e cultural flexível que tem por objetivo criar um ambiente positivo e seguro, bem como uma cultura escolar que reforce os comportamentos positivos de alunos e alunas (Deltour et al., 2021). Para tal, uma componente importante do quadro de referência é a recolha de dados sobre toda a comunidade estudantil e sobre a tomada de decisões no que diz respeito às evidências (Sugai & Horner, 2009).

O presente roteiro de políticas considera que é importante adotar este quadro de referência, nomeadamente, a abordagem concetual, bem como outras estratégias baseadas em evidências destinadas a promover a participação de jovens, e iniciar a mudança no sistema escolar para que a voz de alunas e alunos se torne uma realidade e seja sustentável.

Promover a participação ativa estudantes na escola e nas comunidades locais

O movimento que tem por objetivo dar voz a alunos e alunas emergiu nos anos 60 e no início dos anos 70 com a pretensão de aumentar o poder desse grupo social, tendo continuado a crescer ao longo dos anos (Mager & Nowak, 2012). Uma meta-análise realizada por Mager & Nowak (2012) revelou que a participação estudantes pode trazer vários benefícios, tais como efeitos pessoais em alunos e alunas, nas interações entre as pessoas que frequentam a escola, bem como na escola enquanto organização.

Para promover a participação ativa de alunas e alunos é necessário atingir vários objetivos, começando por uma mudança holística no etos da escola e pela mudança consequente ao nível das expectativas em termos do comportamento de elementos escolares (tais como líderes escolares, professores, pessoal escolar, estudantes), bem como dos contextos escolares, nomeadamente, das plataformas de participação de estudantes e das salas de aula (Sugai & Horner, 2020). Especificamente, o roteiro de políticas sugere a implementação de mudanças na mentalidade da cultura escolar, com implicações ao nível das práticas de educação, das relações entre discentes e pessoas adultas, da prática pedagógica e do reposicionamento de estudantes de modo a poderem agir e ter uma voz (Cook-Sather, 2020; Mager & Nowak, 2012).

O roteiro de políticas desenvolveu dois objetivos específicos. O primeiro é um objetivo macrossistémico que garante que toda a escola partilha a mesma linguagem e os mesmos pensamentos e que cria oportunidades para promover ambientes positivos e seguros nos quais os alunos e as alunas possam ter uma voz. O segundo objetivo específico visa promover as competências de cidadania em toda a comunidade discente por meio de várias plataformas de envolvimento e da capacitação de competências sociais, emocionais e democráticas.

Metas/objetivos específicos

1. Garantir que as escolas são ambientes onde a participação de estudantes é capacitada

Os alunos e as alunas desenvolvem as suas crenças e perceções da realidade ao analisarem o comportamento dos vários membros da comunidade escolar que observam e com os quais se relacionam, refletindo nesses comportamentos e ações e implementando as estratégias de resolução de problemas que vão identificando (Carvalho et al., 2017). Seguindo esta linha de pensamento, se quisermos promover o desenvolvimento, a participação e o bem-estar comunidade discente, temos de iniciar a mudança melhorando a cultura e o etos escolar.

Fomentar a cultura escolar é importante para que a complexidade e a diversidade do fenómeno educativo, bem como a necessidade da participação eficaz de todos os membros da comunidade escolar para o desenvolvimento de uma escola democrática, moral, inclusiva e eticamente justa, sejam vistas por todos (Azevedo, 2016).

A partir da participação de estudantes nas escolas surge a necessidade de equilibrar o poder e as responsabilidades entre os adultos e as crianças que frequentam uma mesma escola, para que estudantes possam trabalhar em parceria com docentes, líderes escolares e consultores (Cook-Sather, 2020; Mager & Nowak, 2012). Esta mudança implica que a liderança escolar esteja focada nas pessoas, na criação de um ambiente escolar baseado na proximidade, na cooperação e no apoio mútuo (Carvalho et al., 2017). Deltour et al (2021) indica que uma boa liderança por parte dos/as diretores/as escolares contribui significativamente para o desenvolvimento e a manutenção de escolas eficazes através da capacidade de tais diretores/as escolares de unirem equipas e compreenderem o valor da colaboração, bem como de ultrapassarem barreiras em equipa.

Deve ser dada prioridade à capacitação de líderes escolares, de professores e do pessoal escolar em termos de relações interpessoais e de partilha de poder. Oferecer formação a estes agentes da educação de modo a capacitar aquelas pessoas é algo urgente para que as relações com estudantes se tornem mais

positivas e que todos os elementos possam lidar mais eficazmente com desafios emocionais, sociais e de conflitos, criando expectativas claras sobre o comportamento de alunos e alunas, condições propícias ao desenvolvimento de uma cultura e de um ambiente escolares de apoio para toda a comunidade estudantil e, por fim, oportunidades que visem aumentar a voz de alunas e alunos (Cook-Sather, 2020; Cruz, 2021; Jones & Bouffard, 2012). A formação dos líderes escolares, dos professores e do pessoal escolar pode ser complementada com visitas a escolas que implementem o SWPBIS para permitir que os agentes escolares observem de forma contextual que é possível conseguir mudar e alcançar estes objetivos. Para aumentar o envolvimento de todo o pessoal, podemos também criar momentos para partilhar boas-práticas com outras escolas/municípios/universidades. A reflexão sobre este processo pode ser operacionalizada com a criação de uma discussão sobre as relações interpessoais e a partilha de poder no contexto escolar.

Após a formação do pessoal escolar e a imersão no quadro de referência com o intuito de promover a voz de alunos e alunas, sugerimos que se crie uma equipa de trabalho que organize e lidere as seguintes ações que têm por objetivo implementar uma análise universal (ta totalidade de estudantes) em relação à voz e às competências sociais e emocionais de alunos e alunas, bem como desenvolver, supervisionar e avaliar as seguintes práticas que surgirão a partir do processo de formação e análise.

Também consideramos importante que os administradores escolares possam criar sinergias com a comunidade, nomeadamente, parcerias com universidades, departamentos de educação de professores, municípios e entidades locais, e que integrem estes atores na cultura da escola (Cook-Sather, 2020). Estabeleça uma rede de comunicação que envolva vários *stakeholders* e garanta que os/as estudantes são os agentes principais das atividades incorporadas no plano de atividades anual do projeto escolar, atividades das quais deixamos alguns exemplos: i) desenvolver uma atividade que dure todo o dia ou meio dia onde estudantes e pessoal possam colaborar; ii) integrar oportunidades de participação com os parceiros no horário escolar normal (a comunidade na escola, por exemplo, na disciplina de cidadania); iii) realizar dias de desenvolvimento profissional nos quais se aborde a contribuição de estudantes e as lições aprendidas sobre a cooperação com a comunidade, e que contem com a presença de docentes e discentes; iv) convidar discentes e os docentes a partilharem o seu conhecimento na faculdade, no conselho geral, nas reuniões da associação de pais e noutros fóruns de discussão da escola ou do distrito (Cook-Sather, 2020).

2. Ajudar os/as estudantes a desenvolverem competências de cidadania ativa

O desenvolvimento da participação e da ação de alunos e alunas ao nível escolar implica a criação de mecanismos através dos quais se opera a inclusão de estudantes nos processos significativos da análise do ensino e da aprendizagem para que a sua voz e as suas perspetivas informem as práticas da sala de aula, transformem as suas próprias experiências de aprendizagem (bem como as dos outros), influenciem o seu contexto de aprendizagem e expandam a aprendizagem (Cook-Sather, 2020). A meta-análise de Mager & Nowak (2012) mostra que a participação de estudantes tem efeitos positivos nas competências para a vida, na autoestima, nas competências democráticas e na cidadania, na relação entre discentes e pessoas adultas e no etos da escola.

Para aumentar a participação coletiva de estudantes, Mager & Nowak (2012) sugerem a realização de pesquisas únicas junto de alunos e alunas em relação a tópicos específicos (por exemplo, através da realização de inquéritos a estudantes), a realização de discussões em sala de aula, a formação de grupos de trabalho temporário e o envolvimento contínuo na governação da escola através da participação em conselhos. Os grupos de trabalho temporário podem ser criados com a finalidade de melhorar a escola e podem incluir pessoal escolar adulto e líderes estudantis, *focus groups* que trabalhem para aumentar o sucesso académico, bem como uma equipa constituída por vários *stakeholders* escolares.

Para iniciar a mudança, é necessário reconhecer as necessidades, os interesses e os sentimentos de alunas e alunos sobre a sua própria participação, bem como as competências que podem promover relações e funções democráticas. Consideramos que é relevante desenvolver análises universais, juntamente com as pesquisas realizadas junto de estudantes (como referido anteriormente). A análise universal deve integrar a avaliação das competências essenciais da aprendizagem social e emocional, nomeadamente, o

autoconhecimento, a tomada de decisões responsável, as competências relacionais, a sensibilização social e a autogestão (CASEL, 2020). Esta pesquisa e avaliação irá permitir tomar decisões sobre as prioridades relativas ao desenvolvimento de competências de cidadania ativa através de intervenções a vários níveis (Sugai & Horner, 2020).

Outro mecanismo baseado em evidências relativo à participação de estudantes é a participação em conselhos escolares. Os conselhos oferecem aos alunos e alunas a oportunidade de aprenderem a fazer parte de uma comunidade democrática. A participação em conselhos aumenta as competências democráticas e a cidadania, bem como as competências de comunicação, cooperação e trabalho em equipa, tomada de decisões e resolução de problemas, e estimula ainda a ação e a responsabilidade dos/das estudantes. Também tem um efeito positivo no etos da escola e nas relações entre discentes e pessoas adultas (Alderson, 2000; Cotmore, 2003; Mager & Nowak, 2012). No entanto, a participação nestes conselhos é sempre limitada a representantes de estudantes ou aos/às mais entusiastas. Uma forma de contrariar esta dinâmica é criando outras formas de conselhos nos quais possa estar envolvido um maior número de estudantes (Mager & Nowak, 2012).

Existem vários tipos de conselhos escolares que podem ser implementados: conselhos escolares, conselhos estudantis e conselhos de turma. Os conselhos escolares combinam representantes de vários grupos de interesse da escola. Os representantes de estudantes pertencem a diversos grupos etários. Os conselhos estudantis consistem principalmente em discentes. Nas reuniões, pode estar presente um conselheiro adulto. Os/As representantes de estudantes pertencem a diversos grupos etários. Os conselhos de turma são conselhos nos quais estão presentes estudantes de uma mesma turma (Mager & Nowak, 2012).

Os conselhos de turma surgiram com a abordagem «Just Community» (Kohlberg, 1971) e são um mecanismo que visa fomentar a ação de alunos e alunas estimular o pensamento crítico, o juízo moral, as competências de comunicação, as relações interpessoais e a resolução de problemas de conflito (Alderson, 2000; Carvalho et al., 2017). Os conselhos de turma oferecem a estudantes a oportunidade de se envolverem nos processos democráticos associados à definição de regras, aos valores, à gestão de comportamentos e à resolução de problemas (Carvalho et al., 2017).

Estes conselhos podem ser organizados nas escolas, sendo também possível revigorar os conselhos já existentes para que fortaleçam a participação coletiva de estudantes na tomada de decisões e na criação de mudanças positivas nas escolas (Alderson, 2000). Para que tal se torne realidade, as alunas e os alunos precisam de ser levados a sério e a sua participação, bem como a sua tomada de decisões têm de ter um impacto nas vidas destes (Cotmore, 2003; Mager & Nowak, 2012). Assim, a implementação eficaz dos vários tipos de conselhos depende da liderança escolar em termos dos apoios e dos estímulos oferecidos, bem como da disponibilidade da mesma para partilhar o poder (Carvalho et al., 2017).

A voz de alunas e alunos também pode ser aumentada por meio da autoria, promovendo publicações realizadas por estudantes sobre as representações das suas experiências escolares e que sejam da autoria ou da coautoria dos mesmos, tais como *newsletters*, revistas, livros, exposições, concursos e diários (Cook-Sather, 2020). Esta estratégia fomenta a ação de estudantes para além dos contextos escolares e pode melhorar projetos que já se encontrem a decorrer, bem como aumentar as sinergias com a comunidade.

A participação e a ação estudantes podem ser desenvolvidas por meio da voz dos alunos e das alunas na investigação. O envolvimento nos métodos de investigação, nas investigações e nas intervenções (tendo em consideração os contextos e a idade dos/das estudantes) promove a tomada de ações colaborativas que visam a resolução de problemas sociais, os valores culturais e a idiosincrasias das suas comunidades, oferecendo a jovens a oportunidade de fazerem parte da mudança (Cook-Sather, 2020). O trabalho em projetos pode ser uma forma de envolver estudantes no planeamento, na execução e na avaliação de projetos transdisciplinares que respondam às preocupações relacionadas com os seus contextos (Vasconcelos et al., 2011).

Por fim, o programa curricular português inclui, desde o ano letivo 2017/2018, uma disciplina chamada de educação para a cidadania. Esta disciplina formal foi criada após a criação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (República Portuguesa, 2017) e o conteúdo essencial desta disciplina deve ser explorado intencionalmente com estudantes desde o jardim de infância até ao ensino secundário. Este conteúdo coincide com os objetivos de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2017). A educação para a cidadania oferece a jovens a oportunidade de desenvolverem o conhecimento, as competências e as atitudes que lhes permitem ser ativos, bem como o poder e a responsabilidade de participarem numa sociedade democrática (Mager & Nowak, 2012). Para esta disciplina formal, é importante atingir o objetivo de ter um momento e um local para deliberar e promover as competências e o conhecimento necessários para que estudantes se envolvam nos processos de tomada de decisões, embora também seja importante desafiar todos os outros professores das restantes disciplinas a implementarem diariamente estratégias que melhorem as competências sociais, emocionais e de ação de alunas e alunos. Em Portugal, desde 2018, também é possível criar momentos específicos de trabalho interdisciplinar (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). O programa curricular autónomo e flexível oferece a estudantes a oportunidade de se envolverem em projetos e atividades que juntam várias disciplinas e vários professores num horário comum (Cosme, 2018). O objetivo deste mecanismo é estimular o conhecimento interdisciplinar, o qual pode ser aplicado para fomentar a educação para a cidadania, bem como para explorar os objetivos do desenvolvimento sustentável num horário específico.

Notas finais

Este roteiro de políticas não foi elaborado para servir como uma forma de implementar o mesmo «pacote» em vários contextos. Pelo contrário, pretende munir os decisores políticos e os líderes escolares com a flexibilidade e a responsabilidade suficientes para poderem adaptar estratégias adequadas ao seu próprio contexto, de acordo com as necessidades e as características de estudantes do século XXI.

A ideia principal deste roteiro é reconhecer que as mudanças só podem ocorrer se todos os *stakeholders* utilizarem a mesma linguagem e se basearem no mesmo quadro de referência em relação à voz e à participação democrática de alunas e alunos. Uma intervenção focada apenas na comunidade estudantil não irá trazer mudanças significativas a menos que o contexto, o etos da escola e os agentes escolares também mudem a sua mentalidade e os seus comportamentos em relação às outras pessoas e a discentes. As recomendações propostas estão em linha com uma intervenção de nível 1, de acordo com a abordagem SWPBIS, e o resultado da investigação baseada em evidências mostra melhorias ao nível da participação de estudantes na escola e na comunidade. Os indicadores fornecidos por estas estratégias podem sustentar mais oportunidades para promover a inclusão e a voz de alunos e alunas nos contextos sociais e educativos. Precisamos de agir de forma holística e ecológica, tendo os líderes escolares e os decisores políticos um papel fundamental no **início da mudança**, envolvendo-se a si próprios e a comunidade e avaliando o processo.

Promover a participação ativa de alunas e alunos na escola e nas comunidades locais

Objetivos específicos	Recomendações	Ações	Líderes/agentes	Alvo	Nível de implementação	Prazo/prioridade
<p>1. Garantir que as escolas são ambientes onde a participação de estudantes é capacitada</p>	<p>Oferecer DPC sobre a participação estudente, educadores e a líderes escolares</p>	<p>Com a administração de formações, capacitar líderes escolares, docentes e pessoal escolar em termos de relações interpessoais e de partilha de poder</p>	<p>Diretores/as escolares Universidades Psicólogos/as</p>	<p>Líderes escolares, professores, pessoal escolar Psicólogos/as Técnicos/as</p>	<p>Ao nível da escola</p>	<p>Alta</p>
		<p>Oferecer a líderes escolares e a educadores visitas a escolas que implementem o SWPBIS</p>	<p>Diretor/a escolar Líderes escolares Município</p>	<p>Líderes escolares, professores Psicólogos/as Técnicos/as</p>	<p>Ao nível da comunidade</p>	<p>Alta</p>
		<p>Criar momentos/encontros para partilhar boas-práticas com outras escolas/municípios/universidades</p>	<p>Diretor/a escolar Líderes escolares Município Universidades</p>	<p>Líderes escolares, professores Pessoal escolar, Psicólogos/as Técnicos/as</p>	<p>Ao nível da comunidade e ao nível da escola</p>	<p>Alta</p>
	<p>Sensibilizar o pessoal escolar para a importância da participação de estudentes</p>	<p>Criar uma equipa de trabalho para organizar, desenvolver, supervisionar e avaliar as estratégias definidas</p>	<p>Diretor/a escolar Líderes escolares</p>	<p>Docentes Alunos, Alunas Psicólogos/as técnicos</p>	<p>Ao nível da escola</p>	<p>Média</p>
		<p>Criar fóruns de discussão sobre relações interpessoais e partilha de poder no contexto escolar</p>	<p>Equipa de trabalho criada</p>	<p>Docentes Alunos Psicólogos/as técnicos</p>	<p>Ao nível da escola</p>	<p>Média</p>
		<p>Estabelecer uma rede de comunicação que envolva vários stakeholders e mantenha uma agenda específica e estudentes como agentes principais</p>	<p>Diretor/a escolar Líderes escolares Equipa de trabalho criada</p>	<p>Docentes Alunos, Alunas Psicólogos/as Técnicos/as</p>	<p>Ao nível da comunidade</p>	<p>Alta</p>

2. Ajudar os/as estudantes a desenvolverem competências de cidadania ativa

	<p>Facilitar a implementação de ações dirigidas por estudantes ao nível da escola</p>	<p>Implementar uma análise universal em relação às competências sociais e emocionais (autoconhecimento, tomada de decisões responsável, competências relacionais, sensibilização social e autogestão) e consultar os alunos sobre o etos da escola, bem como sobre as suas expectativas e objetivos</p> <p>Implementar intervenções-alvo com base nos dados recolhidos durante a análise universal e as pesquisas realizadas junto de estudantes</p> <p>Implementar (ou revigorar) vários tipos de conselhos: conselhos escolares, conselhos estudantis e conselhos de turma</p>	<p>Equipa de trabalho criada Psicólogos/as Técnicos/as</p> <p>Equipa de trabalho criada Psicólogos/as Técnicos/as</p> <p>Diretor escolar Líderes escolares Município</p>	<p>Estudantes</p> <p>Estudantes</p> <p>Docentes Psicólogos/as Técnicos/as Estudantes</p> <p>Docentes, Estudantes</p> <p>Docentes, Estudantes</p>	<p>Ao nível da escola</p> <p>Ao nível da escola</p> <p>Ao nível da escola</p> <p>Ao nível da escola e ao nível da comunidade</p> <p>Ao nível da escola e ao nível da comunidade</p>	<p>Alta</p> <p>Alta</p> <p>Alta</p> <p>Média</p> <p>Média</p>
<p>Facilitar a implementação de ações dirigidas por estudantes na área do desenvolvimento sustentável ao nível da comunidade</p>	<p>Oferecer programas sobre cidadania e desenvolvimento sustentável a estudantes</p>	<p>Desenvolver e aumentar a autoria, promovendo publicações realizadas por estudantes</p> <p>Envolver-se em métodos de investigação, em investigações e em intervenções no contexto escolar e na comunidade, nomeadamente através do trabalho em projetos</p> <p>A educação para a cidadania como disciplina formal, na qual os/as estudantes possam desenvolver competências para participarem ativamente numa sociedade democrática</p> <p>Trabalho interdisciplinar através da criação de domínios formais ao nível do programa curricular (com um horário específico)</p>	<p>Equipa de trabalho criada Município Universidades</p> <p>Líderes escolares Equipa de trabalho criada Docentes</p>	<p>Estudantes</p> <p>Estudantes</p>	<p>Ao nível da escola</p>	<p>Alta</p>

REFERÊNCIAS

- Alderson, P. (2000). School students' views of school councils and daily life at school. *Children & Society*, 14, 121-134. <https://doi.org/10.1111/j.1099-0860.2000.tb00160.x>
- Azevedo, J. (2016). Construir uma escola democrática e justa: O Arco Maior e a pedagogia da misericórdia. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 16, 201-230. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2016.3427>
- Carvalho, M., Alão, P., & Magalhães, J. (2017). Da indisciplina ao clima de escola: A voz dos alunos. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 17, 42-60. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2017.3433>
- CASEL (2020). *The CASEL guide to schoolwide SEL essentials. A printable compilation of key activities and tools for school teams*. Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning.
- Cook-Sather, A. (2020). Student voice across contexts: Fostering student agency in today's schools. *Theory Into Practice*, 59(2), 182-191. DOI: [10.1080/00405841.2019.1705091](https://doi.org/10.1080/00405841.2019.1705091)
- Cotmore, R. (2003). Organisational competence: The study of a school council in action. *Children & Society*, 18(1), 53-65. doi:10.1002/chi.786
- Council of Europe (2016). *Competences for Democratic Culture. Living together as equals in culturally diverse democratic societies*. Strasbourg. http://www.coe.int/t/dg4/education/Source/competences/CDC_en.pdf
- Corcoran, T., Thomas, M.K. (2021). School-wide positive behaviour support as evidence-making interventions. *Research in Education*, 111(1), 108-125. doi:10.1177/00345237211034884
- Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular. Propostas e estratégias de ação*. Porto: Porto Editora.
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/55/2018/07/06/p/dre/pt/html>
- Cruz, J. (2021). Promoção de comportamentos positivos na escola. In J. Cruz, H. Azevedo, H. Fonseca & M. Carvalho (Org.). *Resposta à Diversidade: Caminhos e Desafios da Educação Inclusiva* (pp. 121-126). CFAE MarcoCinfães.
- Deltour, C. & Datchet, D. & Monseur, C. & Baye, A. (2021). Does SWPBIS increase teachers' collective efficacy? Evidence from a quasi-experiment. *Frontiers in Education*, 6, 10.3389/feeduc.2021.720065.
- Eccles, J. S. & Roeser, R. W. (2015). School and Community Influences on Human Development. In M. R.W. Roeser and J.S. Eccles Boorstein & M. Lamb (Eds.), *Developmental psychology: An advanced textbook* (pp. 645-728). Erlbaum.
- Horner, R.H., & Macaya, M.M. (2018). A framework for building safe and effective school environments: positive behavioral interventions and supports (PBIS). *Pedagogická orientace*, 28(4), 663-685.
- Jones, S. M. & Bouffard, S. M. (2012). Social and emotional learning in schools. From programs to strategies. *Sharing Child and Youth Development Knowledge*, 26(4), 1-32.
- Kohlberg, L. (1971). Stages of moral development as a basis for moral education. Em Beck, C., Crittenden, B. S., & Sullivan, E. V. (eds.), *Moral education: interdisciplinary approaches* (pp. 15-98), University of Toronto Press.
- Mager, U., & Nowak, P. (2012). Effects of student participation in decision making at school. A systematic review and synthesis of empirical research. *Educational Research Review*, 7, 38-61. [10.1016/j.edurev.2011.11.001](https://doi.org/10.1016/j.edurev.2011.11.001)
- Martins, G. O., Gomes, C. A. S., Brocardo, J. M. L., Pedroso, J. V., Carrillo, J. L. A., Silva, L. M. U., Encarnação, M. M. G. A., Horta, M. J. V. C., Calçada, M. T. C. S., Nery, R. F. V., & Rodrigues, S. M. C. V. (2018). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Direção Geral da Educação.
- Organização das Nações Unidas (1990). Convention on the Rights of the Child. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/crc.pdf>
- Organização das Nações Unidas (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Resolução A/ RES/70/1, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E
- República Portuguesa (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

Seixas, T. (2020). *A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania: Práticas e desafios de docentes de Cidadania e Desenvolvimento*. (Tese de Mestrado não publicada). Instituto Universitário da Maia.

Sugai, G., & Horner, R. H. (2009). Defining and describing schoolwide positive behavior support. Em W. Sailor, G. Dunlop, G. Sugai, & R. Horner (Eds.), *Handbook of positive behavior support* (pp. 307–326). Springer Publishing Company.

Sugai, G. & Horner, R. (2020). Sustaining and scaling positive behavioral interventions and supports: Implementation drivers, outcomes, and considerations. *Exceptional Children*, 86(2), 120–136.

UNESCO (2014). *Global citizenship education: Preparing learners for the challenges of the 21st century*. Paris.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227729E.pdf>

UNESCO (2017). *Education for Sustainable Development Goals. Learning objectives*. Paris. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>

Vasconcelos, T., Rocha, C., Loureiro, C., Castro, J., Menau, J., Ramos, M., Alves, S. (2011). *Trabalho por projetos na educação de infância: mapear aprendizagens, integrar metodologias*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

**START THE
CHANGE!**

www.startthechange.net